

PARECER PARLAMENTAR Nº 81 / 2023 (CLJRF)

Assunto: Análise do Projeto de Lei nº 39 / 2023 (Projeto do Legislativo)

RELATÓRIO

O Projeto de Lei foi devidamente protocolizado na Secretaria da Câmara

Municipal de Anchieta, sendo remetido à Presidência desta Casa.

O Exm^o. Chefe do Legislativo Municipal proferiu juízo de admissibilidade do

Projeto, uma vez que foram observados os requisitos impostos pelo artigo 130 do

Regimento Interno.

Na sessão ordinária do dia 13/06/2023, o Projeto foi lido, dando ciência de seu

conteúdo aos demais Vereadores do Município. Após, a matéria seguiu para a

Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para emissão de parecer, nos

termos do artigo 76 do Regimento Interno da Câmara Municipal.

É o sucinto relatório.

ANÁLISE

Trata-se de projeto de Lei, de autoria do nobre Vereador Pablo Florentino,

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE VIA PÚBLICA E DÁ OUTRAS

PROVIDÊNCIAS (AVENIDA JOSÉ SIQUEIRA DE ARAÚJO).

No que tange ao aspecto formal, a propositura reúne condições para prosseguir

em tramitação, eis que elaborado no exercício da competência legislativa desta Casa,

espelhada no artigo 30, inciso I da Constituição Federal.

CÂMARA MUNICIPAL DE ANCHIETA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Sob o aspecto jurídico, a propositura pode prosseguir em tramitação, já que esta Casa possui competência legislativa para o regramento da matéria, consoante será demonstrado.

A Constituição Federal, não expressa nenhum dispositivo que impeça a Câmara de Vereadores de legislar sobre tal matéria, o respectivo tema não foi reservado com exclusividade ao executivo, ou mesmo situa-se na esfera de competência legislativa privativa da União.

Com base no texto constitucional, os municípios foram dotados de autonomia legislativa, que vem consubstanciada na capacidade de legislar sobre assuntos de interesse local e de suplementar a legislação federal e estadual no que couber.

Na Justificativa do Autor, dispõe a motivação da escolha da data:

"O presente projeto de Lei visa a prestar homenagem e reconhecer um valoroso cidadão Anchietense, JOSÉ SIQUEIRA DE ARAÚJO, conhecido e respeitado morador da comunidade de Emboacica.

José Siqueira de Araújo faleceu no dia 08 de dezembro de 1992, após sofrer complicações em seu estado de saúde. Foi morador da comunidade de Embocacica, lugar onde trabalhou, viveu e constituiu família.

O Sr. José era muito respeitado por todos os moradores da referida comunidade, pois era um ancião que ajudava sempre as pessoas.

Por conta de toda sua representatividade diante da comunidade de Emboacica, necessário de faz homenageá-lo, para que seu nome nunca seja esquecido e suas boas ações sejam sempre lembradas".

Portanto entende este relator que a presente propositura é legal e constitucional, não havendo qualquer impedimento, primeiro por ser constitucional em seu aspecto formal, ou seja, através de projeto de lei obedecendo a todas as formalidades legais, em especial quanto à iniciativa, e segundo quanto ao aspecto material temos que o conteúdo normativo é adequado e proporcional para produzir os seus efeitos jurídicos.



VOTO

Por tais razões, exara-se parecer <u>favorável</u> ao regular processo de tramitação do Projeto de Lei nº 39/2023.

É a manifestação, que submeto à elevada apreciação dos nobres Edis, membros desta Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final.

O presente parecer exarado é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer

Anchieta – ES, 18 de junho de 2023.

| Cleber Oliveira da Silva: | |
|-------------------------------|--|
| Relator | |
| Acompanham o voto do relator: | |
| Sergio Luiz da Silva Jesus: | |
| Presidente Renato Lorencini: | |
| Membro | |